

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA- MG**

**EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2025**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2025**

A empresa **ADMINISTRA PLANTÕES LTDA**, empresa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ nº **40.692.773/0001-09**, estabelecida na Av. Paulista, nº 1636, sala 1504, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.310-200, vem por intermédio de sua procuradora **AMANDA MACHADO GUIMARÃES**, inscrita na OAB/MG 177.826, portadora do RG MG-17.909.394 e inscrita no CPF sob o nº 112.689.826-01, por interpor **IMPUGNAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, é de assinalar que a presente impugnação é tempestiva conforme estabelecido na legislação e no próprio Edital. Assim, requer seu recebimento, processamento e oportuno provimento.

 (31) 3500-5433

 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

 [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

 Av. Paulista, Nº 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

 CNPJ: 40.692.773/0001-09

## II – DAS RAZÕES

O Município de Borda da Mata - MG instaurou procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto consiste na “ escolha da proposta mais vantajosa para registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos para atendimento no Pronto Socorro, Ambulatório Médico Municipal e Unidades Básicas de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.”

À vista disso, como em qualquer procedimento que visa a prestação de serviços pela via administrativa, busca-se o atendimento e a contemplação à proposta mais vantajosa à Administração Pública, da qual engloba a possibilidade de ampla participação de diversas empresas, além do preço e acolhimento a contento pela licitante do objeto licitado.

Contudo, ao voltar-se para o caso concreto a que se baseia todo o norte jurídico da questão, temos no instrumento convocatório a falta de exigência de condições legalmente dispostas que trará segurança à administração na contratação e efetivação de empresas que realmente possuam condições técnicas e seguras para executar o serviço de acordo com a normativa regente.

Por conseguinte, fundamental estabelecer uma das grandes diferenciações utilizadas pela nova lei de licitação com relação a anterior, qual seja, o afastamento do conceito de proposta mais vantajosa atrelada ao menor preço com a então vigente de proposta mais vantajosa com o conceito de proposta mais adequada, dentro da necessária análise de qualificação jurídica, econômica e técnica da empresa para a execução do serviço.

Nesse sentido, importante estabelecer a diferenciação exposta na nova norma a diferenciar o conceito de menor preço.

 (31) 3500-5433

 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

 [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

 CNPJ: 40.692.773/0001-09

A antiga Lei nº 8.666/93, em seu artigo 45, §1º, inciso 1, definia "menor preço" como sendo o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração em que se determinava vencedor o licitante que apresentasse a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertasse o menor preço.

O critério "menor preço" foi mantido, no artigo 33, inciso 1, da Lei nº 14.133/21, e o conceito de tal julgamento ganhou destaque no artigo 34, ao preconizar que o julgamento por menor preço "considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação".

Denota-se que, na nova Lei nº 14.133/21, a preocupação do legislador é clara: não basta que a proposta do licitante seja a mais econômica. Ela só será a mais vantajosa se o proponente também atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Outrossim, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço também deve observar, quando do recebimento, análise e julgamento das propostas dos licitantes, o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/21 (sem correspondência com a Lei 8.666/93), que preconiza que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

É de se destacar que, da leitura das novidades do diploma legal, tem-se a seguinte conclusão: nem sempre o preço nominalmente mais baixo poderá significar a proposta mais vantajosa. Há que se observar: a compatibilidade com os valores de mercado - evitando-se valores inexecutáveis e irrealistas, e o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, fator este que interfere na identificação do preço e da vantajosidade da proposta, em busca do atendimento do objetivo de menor dispêndio à Administração.

 (31) 3500-5433

 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

 [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

 Av. Paulista, Nº 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

 CNPJ: 40.692.773/0001-09

Nesse sentido, importante que se diga que o edital deixa de prever obrigações legais estabelecidas na nova lei em detrimento de uma maior segurança jurídica e qualificação do serviço a ser contratado, o que em última análise, não condiz com o necessário e atual conceito de buscar a proposta mais adequada e vantajosa ao interesse público, conforme citado anteriormente.

### **III- DAS ALTERAÇÕES A SEREM FEITAS NO EDITAL**

#### **III.1) DA NECESSIDADE DA EXIGÊNCIA DO CNES SUS:**

Salienta-se que uma vez que os serviços serão prestados para a Administração Pública, neste caso, para a Prefeitura de Borda da Mata/MG, a empresa além de possuir o registro no CNES, necessita também possuir o CNES que seja apto para a prestação de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde, já que os serviços que vão ser prestados não serão de cunho particular, e sim do SUS, uma vez que é uma contratação da Administração Pública.

Em processos licitatórios relacionados à prestação de serviços de saúde para o Sistema Único de Saúde, o CNES deve ser um requisito para habilitar fornecedores ou prestadores de serviço. Ele comprova que o estabelecimento cumpre normas de funcionamento e está habilitado para atuar no setor de saúde.

Insta salientar que o próprio Ministério da Saúde distingue os estabelecimentos que estão aptos para atendimento ao SUS e os que não estão, vejamos:

Empresa ADMINISTRA PLANTÕES LTDA está apta para atendimento ao SUS:

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09

**CNES** | Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Área Restrita | Perguntas Frequentes | Contato

Bem vindo ao nosso novo site! V 0.1.43 As funcionalidades que ainda não foram implementadas neste site, estão disponíveis [aqui](#).

PÁGINA INICIAL > CONSULTAS > CONSULTA ESTABELECIMENTO

**CONSULTA ESTABELECIMENTO - IDENTIFICAÇÃO**

Atende SUS:

Estado:  Município:

Gestão:  Natureza Jurídica(Grupo):

ADMINISTRA PLANTOES LTDA

☒ Nome Fantasia ☐ Nome Empresarial Registros por Página: 10

UF	Município	CNES	Nome Fantasia	Natureza Jurídica(Grupo)	Gestão	Atende SUS	DETALHES
SP	SAO PAULO	4848055	ADMINISTRA PLANTOES	ENTIDADES EMPRESARIAIS	M	SIM	<input type="button" value="+"/> <input type="button" value="Menu"/>

Empresa que não está apta para atendimento ao SUS:

**CNES** | Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Área Restrita | Perguntas Frequentes | Contato

Bem vindo ao nosso novo site! V 0.1.43 As funcionalidades que ainda não foram implementadas neste site, estão disponíveis [aqui](#).

PÁGINA INICIAL > CONSULTAS > CONSULTA ESTABELECIMENTO

**CONSULTA ESTABELECIMENTO - IDENTIFICAÇÃO**

Atende SUS:

Estado:  Município:

Gestão:  Natureza Jurídica(Grupo):

☒ Nome Fantasia ☐ Nome Empresarial Registros por Página: 10

UF	Município	CNES	Nome Fantasia	Natureza Jurídica(Grupo)	Gestão	Atende SUS	DETALHES
MG				ENTIDADES EMPRESARIAIS	M	NÃO	<input type="button" value="+"/> <input type="button" value="Menu"/>

Evidencia-se que o CNES SUS deverá ser exigido para aqueles que apresentarem atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, tendo em vista que todo estabelecimento de saúde que firmar um contrato no âmbito do SUS, deverá informar se atua no SUS, vejamos:

(31) 3500-5433

[www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

[contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

CNPJ: 40.692.773/0001-09

## Gestão

### QUANTITATIVO DE ESTABELECIMENTOS POR GESTÃO

MUNICIPAL 1

### PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS POR GESTÃO

MUNICIPAL 100%

Segundo a Portaria nº 1.119/SAS/MS, de 23 de julho de 2018: Torna obrigatória a inserção da informação de formalização de contrato entre os estabelecimentos de saúde e o gestor de saúde para prestação de serviços no âmbito do SUS no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Cabe ainda salientar que alguns municípios do Estado de Minas Gerais, vem se atentando à exigência da legislação, vejamos:

MUNICÍPIO:	OBJETO:	EDITAL:	ITEM:
Divino das Laranjeiras - MG	O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos para atendimento de plantões no Hospital Municipal Divino Espírito Santo e em saúde mental no PSF Zuleika de Araújo Lopes, conforme as especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 05/2025 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2025	9.1.4.4 Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), CNES SUS;
Tiradentes -MG	Credenciamento para empresas prestadoras de serviços na área da Saúde, que tenham interesse em prestar serviços médicos de clínico geral visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tiradentes-MG.	Processo: 008/2025 Credenciamento: 003/2025	Pág 21: Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), CNES SUS.

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09



Barra Longa – MG	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÃO 24 HORAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA/MG	Pregão Eletrônico nº 010/2025	Cláusula 16 no Anexo II – CNES- SUS
------------------	--	-------------------------------	-------------------------------------

Diante da importância da exigência do CNES para regularidade e qualificação dos estabelecimentos de saúde, e considerando que o objeto da presente licitação envolve a prestação de serviços de saúde ao SUS, requer-se a inclusão da exigência de apresentação do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) como critério de habilitação técnica no edital, conforme previsto na legislação vigente.

Ou seja, será necessário exigir o CNES, e quando o melhor classificado apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, que apresente o CNES SUS.

#### **IV - DA OBRIGATORIEDADE DA EMPRESAS ESTAREM REGISTRADAS NO CONSELHOS DE ATUAÇÃO:**

Acerca da apresentação de registro nas entidades competentes, o artigo 67 da Nova Lei de Licitações tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se consagrado vencedor do certame, consiga cumprir o objeto de forma satisfatória. Assim, para fins de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, o mencionado artigo estabelece o seguinte:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I – apresentação de profissional, devidamente **registrado no conselho profissional competente**, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09

Salienta-se que a exigência contida no inciso I do artigo acima exposto, tem guarida no art. 1º da Lei Federal nº 6.839/1980, que “Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.”, *in verbis*:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, **serão obrigatórios nas entidades competentes** para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

No que tange a exigibilidade do registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, a Lei 6.839/80 e Resolução CFM 1.980/2011, traz em sua redação, a exigência de registro no CRM para empresas e profissionais prestadores de serviços relacionados a saúde. Vejamos:

Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado **devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem**, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.

Parágrafo único. Estão enquadrados no “caput” do art. 3º deste anexo:

a). **As empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares** de diagnóstico e/ou tratamento.

Neste mesmo diapasão, a legislação determina que além do registro das empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, há necessidade também de realizar anotação dos profissionais legalmente habilitados. Vejamos o que preconiza a Lei nº 6.839/1980:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, **serão obrigatórios nas entidades competentes** para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Assim, considerando a legislação acima especificada, a exigência de registro da

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, Nº 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09



licitante no conselho de classe competente (Conselho Regional de Medicina) é plenamente legítima.

Não há dúvida que a discricionariedade do administrador público está limitada às exigências legais, nem menos, nem mais. A exigência de registro no conselho de classe competente não compromete a competitividade plena das empresas licitantes, pelo contrário, a **referida exigência vai em direção às exigências da Lei de Licitações e demais legislações regulamentadoras do exercício de atividades especializadas.**

Para que esta Administração não sofra danos, não coloque em risco a vida dos usuários do objeto solicitado – tratando-se de saúde – e tenha a oportunidade de realizar o melhor preço e a melhor compra, de maneira segura, competente e **dentro das exigências legais,** deve-se fazer constar no supracitado edital a **EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO DA EMPRESA LICITANTE JUNTO AO CRM** do estado em que possui sede como requisito de qualificação técnica.

#### IV.1: DA INEXIGÊNCIA DO REGISTRO DA EMPRESA NO CRM MG

Ressalta-se que a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, a qual dispõe o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Hely Lopes Meirelles, também asseverou que:

“O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41). O mesmo ocorre com o convite, que é um edital restrito”.

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09

Destarte, é inteiramente lícito a Administração Pública exigir da empresa licitante a sua inscrição perante o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, mas não da jurisdição fiscal do estabelecimento, tendo em vista que o procedimento mencionado é contrário a Lei Federal n. 3268/57 e Resolução CFM 1980/2011. E sendo essa empresa fiscalizada, poderá ser suspensa e o médico responsável responderá eticamente pela ilegalidade praticada.

Ou seja, tanto as empresas médicas, como os profissionais médicos, deverão estar devidamente inscritos no CRM do estado que estiverem atuando, sob as penas de sofrer sanções, dentre elas aquelas citadas anteriormente.

O princípio básico de quaisquer profissões e, inclusive, da criação de Conselhos Profissionais Regionais (com abrangência Estadual) é exatamente limitar a atuação dentro dos limites estaduais.

A Lei 3268/57, quanto ao profissional médico, assim menciona em seu artigo 17:

**" Art . 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade."**

Conquanto, a situação das empresas médicas não é diversa, conforme dispõe a Resolução do CFM n. 1980/2011, em seu artigo 3º, vejamos:

**" Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registra-se nos conselhos regionais de medicina na jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.823/80 e 9.656/98."**

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09

Desta forma, ninguém e nem mesmo nenhuma empresa pode se desobrigar do conhecimento da lei ou não a cumprir, conforme preceitua a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em seu artigo 3º:

*"Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece."*

#### **V- DOS PEDIDOS:**

Ante ao exposto, a impugnante requer e aguarda o total acolhimento da presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, com o intuito de que no instrumento convocatório para que sejam corrigidas as imperfeições e republicado o Edital, **INSERINDO NO ROL DE DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A EXIGÊNCIA DO CNES SUS, E DE COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DA LICITANTE NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE MINAS GERAIS (CRM MG)**, de acordo com as razões já lançadas, em atendimento aos Princípios que regem os atos administrativos, bem como em atendimento ao art. 37, da Constituição Federal, bem como pela ausência de embasamento legal para o acréscimo de tais exigências, limitadoras do certame.

Termos em que, pede e aguarda deferimento.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

**ADMINISTRA PLANTÕES LTDA**

**CNPJ 40.692.773/0001-09**

**AMANDA MACHADO GUIMARÃES**

**OAB/MG 177.826 / RG MG 17.909.394 / CPF 112.689.826-01**

☎ (31) 3500-5433

🌐 [www.administrasaude.com](http://www.administrasaude.com)

✉ [contato@administrasaude.com](mailto:contato@administrasaude.com)

📍 Av. Paulista, N° 1663, Sala 1504,  
Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-200

📄 CNPJ: 40.692.773/0001-09